


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0011149-56.2014.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

Claro SA opõe embargos à execução fiscal que lhe move a Prefeitura Municipal de São Carlos aduzindo a nulidade das CDA's.

Em impugnação a embargada refutou os argumentos (fls. 53/59).

Réplica a fls. 62/66.

Instadas a especificar provas, as partes declinaram da oportunidade e concordaram com o imediato julgamento.

É o relatório. Decido

Julgo o pedido na forma do art. 17 parágrafo único da LEF, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

Saliente-se que as partes postularam de modo expreso o julgamento antecipado.

A controvérsia concerne à (ir)regularidade formal das CDAs.

São exigências do art. 202 do CTN c/c art. 2º, §§ 5º e 6º da LEF: nome e endereço do devedor e eventuais co-responsáveis; valor originário da dívida; maneira de calcular a atualização monetária, os juros moratórios e os demais encargos; termo inicial da atualização monetária, dos juros moratórios e dos demais encargos; valor atual da dívida; origem e natureza do crédito; fundamento legal do crédito, mencionada especificamente a disposição de lei; fundamento legal da atualização monetária; data da inscrição em dívida ativa, e ainda o livro e folha de inscrição; número do eventual processo administrativo que originou o crédito.

As CDAs de fls. 03/04 preenchem quase todos os requisitos, entretanto, contem vício


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

que prejudica, potencialmente, a defesa da executada, qual seja, a indicação da legislação municipal incorreta para a cobrança das taxas em questão. O fundamento legal para a cobrança das taxas mobiliárias em São Carlos é a Lei Municipal nº 13.102/02, e não a Lei Municipal nº 5.495/66, indicada nas CDAs.

Tal vício é relevante, pois as CDA's mencionam legislação inaplicável.

Isso pode dificultar, ainda que potencialmente, a defesa da executada.

Há que se proclamar a nulidade.

A simples alegação da embargada de que a executada tinha "ciência de que taxas mobiliárias eram devidas" não tem o condão de validar a CDA, nem mesmo a existência de processo, em andamento, onde se pretende a declaração da inexigibilidade de referidas taxas. Isto porque trata-se de dado elementar e indispensável do título executivo, que, não observado, acarreta a sua nulidade.

Saliente-se que sequer pode ser afirmada a inexistência de prejuízo à defesa pelo simples fato de haver uma ação anulatória em andamento.

Quando a executada é citada para pagamento de um determinado tributo (caso destes autos) e a lei indicada como fundamento para a exação é distinta daquela que está sendo questionada na outra ação judicial, pode-se induzir o devedor ao engano de supor que esta cobrança judicial não tem relação com aquela outra demanda.

Ante o exposto, ACOLHO os embargos à execução para DECLARAR A NULIDADE das CDA's que instruíram a inicial e CONDENO a embargada nas custas de reembolso e honorários advocatícios, arbitrados estes em R\$ 880,00.

**Transitada esta em julgado, expeça-se mandado de levantamento (guia de depósito - fls. 21), nos autos principais, em favor da executada.**

PRI



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

São Carlos, 17 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**